



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE ABRIL DE 2002

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Manuel Alves de Oliveira

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Almeida Santos) declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira) leu um relatório da Comissão Eventual de Verificação de Poderes relativo à retoma de mandato de Deputados do PS e à substituição de Deputados do PSD e do CDS-PP, tendo sido aprovado o respectivo parecer.

Procedeu-se à eleição do Presidente da Assembleia da República para a IX Legislatura, tendo sido eleito o Sr. Presidente Mota Amaral.

Na circunstância, produziram intervenções, além do Sr. Presidente eleito (Mota Amaral) e do Sr. Presidente cessante (Almeida Santos), o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes) e os Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Francisco Louçã (BE), Bernardino Soares (PCP), Basílio Horta (CDS-PP), Eduardo Ferro Rodrigues (PS), Guilherme Silva (PSD) e Almeida Santos (PS).

Procedeu-se, ainda, à eleição da Mesa da Assembleia da República para a IX Legislatura. Foram eleitos os Srs. Vice-Presidentes Leonor Beza (PSD), Manuel Alegre (PS), Narana Coissoró (CDS-PP) e Lino de Carvalho (PCP), os Srs. Secretários Duarte Pacheco (PSD), Ascenso Simões (PS), Isabel Gonçalves (CDS-PP) e Rodeia Machado (PCP) e os Vice-Secretários Manuel Oliveira (PSD), Fernando Santos Pereira (PS), Artur Coelho (PS) e Rosa Maria Albernaz (PS).

Foram também eleitos para o Conselho de Administração os Srs. Deputados João Moura de Sá (PSD), Fernando Serrasqueiro (PS), João Rebelo (CDS-PP), Rodeia Machado (PCP), Luís Fazenda (BE) e Heloísa Apolónia (Os Verdes), como efectivos, e Vasconcelos da Ponte (PSD), Nelson Baltazar (PS), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), António Filipe (PCP), João Teixeira Lopes (BE) e Isabel Castro (Os Verdes), como suplentes.

O Sr. Presidente declarou encerrada a sessão eram 20 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente** (Almeida Santos): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social Democrata (PSD):**

Abílio Jorge Leite Almeida Costa  
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 Ana Paula Rodrigues Malojo  
 António Alfredo Delgado da Silva Preto  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Henriques de Pinho Cardão  
 António Joaquim Almeida Henriques  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira  
 Arménio dos Santos  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves  
 Carlos Alberto Rodrigues  
 Carlos Jorge Martins Pereira  
 Carlos Manuel de Andrade Miranda  
 Carlos Parente Antunes  
 Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos  
 Diogo de Sousa Almeida da Luz  
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
 Eduardo Artur Neves Moreira  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Mimoso Negrão  
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho  
 Fernando Santos Pereira  
 Francisco José Fernandes Martins  
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão  
 Gonçalo Miguel Breda Marques  
 Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Gustavo da Silva Duarte  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Carlos Barreiras Duarte  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José Gago Horta  
 João Pedro Saldanha Serra  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel de Oliveira Godinho  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá  
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira  
 José António Bessa Guerra

José António de Sousa e Silva  
 José Luís Ribeiro dos Santos  
 José Manuel Alvares da Costa e Oliveira  
 José Manuel Carvalho Cordeiro  
 José Manuel de Lemos Pavão  
 José Manuel Pereira da Costa  
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
 Luís António Damásio Capoulas  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Dias Loureiro  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Marco António Ribeiro Santos Costa  
 Maria Assunção Andrade Esteves  
 Maria Aurora Moura Vieira  
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo  
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues  
 Maria Eulália Silva Teixeira  
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado  
 Maria Graça Ferreira Proença Carvalho  
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado  
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Natália Guterres Viegas C. da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa da Silva Moraes  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta  
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
 Pedro do O Barradas de Oliveira Ramos  
 Pedro Filipe dos Santos Alves  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro  
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso  
 Sérgio André da Costa Vieira  
 Vasco Manuel Henriques Cunha  
 Victor do Couto Cruz  
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

**Partido Socialista (PS):**

Acácio Manuel de Frias Barreiros  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Arons Braga de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alberto de Sousa Martins  
 Alberto Marques Antunes  
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno  
 Antero Gaspar de Paiva Vieira

António Alves Marques Júnior  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António José Martins Seguro  
 António Luís Santos da Costa  
 António Ramos Preto  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Ascenso Luís Seixas Simões  
 Augusto Ernesto Santos Silva  
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela  
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira  
 Fausto de Sousa Correia  
 Fernando dos Santos Cabral  
 Fernando Manuel dos Santos Gomes  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins  
 Gustavo Emanuel Alves de Figueiredo Carranca  
 Jaime José Matos da Gama  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Barroso Soares  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lação Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes  
 José António Fonseca Vieira da Silva  
 José Apolinário Nunes Portada  
 José Augusto Clemente de Carvalho  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José da Conceição Saraiva  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Alberto da Silva Miranda  
 Luís Manuel Capoulas Santos  
 Luís Manuel Carvalho Carito  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel Maria Ferreira Carrilho  
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro

Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Nelson da Cunha Correia  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo José Fernandes Pedroso  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui António Ferreira da Cunha  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Valter Victorino Lemos  
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva  
 Victor Manuel Bento Baptista  
 Vitalino José Ferreira Prova Canas  
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

#### Partido Popular (CDS-PP):

Acílio Domingues Gala  
 Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello Branco  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio  
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 João Rodrigo Pinho de Almeida  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís José Vieira Duque  
 Manuel de Almeida Cambra  
 Narana Sinai Coissoró  
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Bruno Ramos Dias  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 Jerónimo Carvalho de Sousa  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Odete dos Santos

#### Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã  
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes, uma vez que há substituições de Deputados, e é bom que, antes de começarmos os nossos trabalhos, actualizemos o universo parlamentar.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes é do seguinte teor:

1 — Em reunião da Comissão Eventual de Verificação de Poderes, realizada no dia 10 de Abril de 2002, pelas 12 horas, foram observadas as seguintes retomas de mandatos e substituições de Deputados:

a) Retomas de mandatos nos termos do artigo 6.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro), em 6 de Abril corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — Rui António Ferreira da Cunha (Círculo Eleitoral de Beja), cessando Nelson Domingos Brito; Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira (Círculo Eleitoral de Braga), cessando Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira; José António Fonseca Vieira da Silva (Círculo Eleitoral de Braga), cessando Isabel Maria Pinto Nunes Jorge Tinoco de Faria; José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa (Círculo Eleitoral de Castelo Branco), cessando Maria Cristina Vicente Pires Granada; Fausto de Sousa Correia (Círculo Eleitoral de Coimbra), cessando Pedro Artur Barreirinhas Sales Guedes Coimbra; João Rui Gaspar de Almeida (Círculo Eleitoral de Coimbra), cessando Vítor Manuel Barreto Marinho da Cunha; Luís Manuel Capoulas dos Santos (Círculo Eleitoral de Évora), cessando José Alberto Leal Fateixa Palmeiro; José Apolinário Nunes Portada (Círculo Eleitoral de Faro), cessando António Francisco Ventura Pina; António Luís Santos da Costa (Círculo Eleitoral de Leiria), cessando Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida; Jaime José Matos da Gama (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando Casimiro Francisco Ramos; António José Martins Seguro (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando João Francisco Gomes Benavente; Leonor Coutinho Pereira dos Santos (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando Manuel Alberto Barbosa de Oliveira; Acácio Manuel de Frias Barreiros (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando Emanuel Silva Martins; José Augusto Clemente de Carvalho (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando Maria Irene Marques Veloso; Alberto Arons Braga de Carvalho (Círculo Eleitoral de Lisboa), cessando José Aurélio da Silva Barros Moura; Alberto de Sousa Martins (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Fernando Manuel de Jesus; José Manuel Lello Ribeiro de Almeida (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga; Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Mário Joaquim Silva Mourão; Augusto Ernesto Santos Silva (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro; José Manuel Santos de Magalhães (Círculo Eleitoral do Porto), cessando Helena Maria Mesquita Ribeiro; Vitalino José Ferreira Prova Canas (Círculo Eleitoral de Santarém), cessando José Miguel Correia Noras; Paulo José Fernandes Pedroso (Círculo

Eleitoral de Setúbal), cessando José Manuel Pires Epifânio; Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita (Círculo Eleitoral de Setúbal), cessando Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes; Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira (Círculo Eleitoral de Vila Real), cessando Ema Paula Morais Gonçalves; e José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro (Círculo Eleitoral de Viseu), cessando João Alberto Martins Sobral;

b) Substituições nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro), com início em 6 de Abril corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes (Círculo Eleitoral de Aveiro), por José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro; José Manuel Durão Barroso (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho; Maria Manuela Dias Ferreira Leite (Círculo Eleitoral de Lisboa), por José Manuel Álvares da Costa e Oliveira; Pedro Manuel Cruz Roseta (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado; José David Gomes Justino (Círculo Eleitoral de Lisboa), por João Pedro Saldanha Serra; Nuno Albuquerque de Moraes Sarmento (Círculo Eleitoral de Santarém), por José Luís Ribeiro dos Santos; e José Luís Fazenda Arnaut Duarte (Círculo Eleitoral de Viseu), por Maria Eulália da Silva Teixeira;

Grupo Parlamentar do Partido Popular (CDS-PP) — Paulo Sacadura Cabral Portas (Círculo Eleitoral de Aveiro), por Manuel de Almeida Cambra e Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona (Círculo Eleitoral de Leiria), por Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos;

c) Substituições nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro), com início em 8 de Abril corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves (Círculo Eleitoral de Aveiro), por Jorge Tadeu Correia Franco Morgado; Adão José Fonseca Silva (Círculo Eleitoral de Bragança), por Ana Paula Rodrigues Malojo; Carlos José das Neves Martins (Círculo Eleitoral de Faro), por João José Gago Horta; Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias (Círculo Eleitoral da Guarda), por Gustavo de Sousa Duarte; Feliciano José Barreiras Duarte (Círculo Eleitoral de Leiria), por João Carlos Barreiras Duarte; Susana Maria de Moura Alves da Silva Toscano (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro; José Luís Campos Vieira de Castro (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Francisco José Fernandes Martins; Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas (Círculo Eleitoral de Santarém), por Vasco Manuel Henriques Cunha; Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho (Círculo Eleitoral de Setúbal), por Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos; José Eduardo Rego Mendes Martins (Círculo Eleitoral de Viana do Castelo), por Jorge Nuno Fernandes Traile Monteiro de Sá; e José de Almeida Cesário (Círculo Eleitoral de Viseu), por Pedro Filipe dos Santos Alves;

d) Substituição nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea j), do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro), com início em 6 de Abril corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — José Manuel de Matos Correia (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Vítor Manuel Roque Martins dos Reis;

e) Substituição nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea d), do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro), por um período não inferior a 50 dias, com início em 11 de Abril corrente, inclusive;

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — Jorge Manuel de Oliveira Godinho (Círculo Eleitoral de Aveiro), por António Fernando de Pina Marques.

2 — A Comissão tomou conhecimento de que suspenderam ou renunciaram ao exercício de cargos que desempenhavam para assumirem o mandato na Assembleia da República, os seguintes Deputados:

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — Victor do Couto Cruz (Círculo Eleitoral da Região Autónoma dos Açores) suspendeu o mandato na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, com efeitos a partir do dia 5 de Abril corrente, inclusive; Maria Eulália da Silva Teixeira (Círculo Eleitoral de Viseu) deixou de exercer funções de Vereadora em Regime de Permanência na Câmara Municipal de Castro Daire, com efeitos a partir do dia 6 de Abril corrente, inclusive;

Grupo Parlamentar do Partido Popular (CDS-PP) — Acílio Domingues Gala (Círculo Eleitoral de Aveiro), suspendeu o mandato de Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, com efeitos a partir do dia 5 de Abril corrente, inclusive.

3 — Admitindo desde já todas as retomas de mandatos e substituições de Deputados, de acordo com os requerimentos apresentados, a Comissão deliberou, contudo, remeter para ulterior apreciação da Comissão de Ética o pedido de substituição formulado ao abrigo do disposto no n.º 1, alínea e), deste relatório, atento o disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados.

4 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

5 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

6 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer: as retomas de mandatos e as substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está à discussão o relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes.

*Pausa.*

Dado que não há pedidos de palavra, vamos proceder à votação do parecer.

*Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, o primeiro ponto da ordem de trabalhos, e o único que decorrerá ainda sob a minha presidência,

é o da eleição do Sr. Presidente da Assembleia da República, e só depois se procederá, já sob a presidência do Presidente eleito, à eleição dos Srs. Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República bem como à eleição dos membros do Conselho de Administração. E, para o efeito, a urna encontra-se à direita do Hemiciclo.

Os Srs. Deputados substitutos podem ocupar o lugar dos substituídos, para que, desta forma, o universo de votantes corresponda ao actual, ou seja, o de todos os eleitos, e espero que já disponham todos dos boletins de voto.

Vamos, então, proceder à eleição do Presidente da Assembleia da República, para o que os Srs. Deputados irão ser chamados por ordem alfabética.

*Procedeu-se à votação.*

Srs. Deputados, terminada a votação, peço aos Srs. Escrutinadores Duarte Pacheco e Ascenso Simões o favor de procederem à contagem dos votos.

Aproveitarei este momento para, na qualidade de Presidente da Assembleia da República, me despedir formalmente dos Srs. Deputados.

Muitos de vós não se lembrarão, se calhar, alguns nem sequer eram nascidos, mas o Dr. Salazar, nesta Sala ou na Sala do Senado, não o posso garantir, num belo e ensolarado dia de Maio, antes de proferir um discurso, sempre aguardado com grande expectativa, disse: «Eis um bom dia para um ponto final!». Depois, após um sussurro na Sala de toda aquela gente que receou que ele os deixasse órfãos, ele olhou por cima daqueles meios-óculos que usava e que lançou (tornaram-se moda!) e, após uma grande pausa em que deve ter gozado o seu bocado, disse: «Pois é. Mas a Pátria não me deixa!».

*Risos.*

Acontece que a Pátria não só me deixou como me impôs um ponto final, e creio que os Srs. Deputados já repararam que estou mesmo com cara de ponto final!

*Risos.*

Mas antes de vos dizer adeus, ou até já, porque descei — apenas fisicamente e não de outra forma — até à bancada do meu grupo parlamentar durante mais algum tempo, são devidos alguns agradecimentos, pois ingrato nunca fui. Assim, gostaria de agradecer desde logo aos Srs. Vice-Presidentes o suporte e o apoio que me deram durante estes seis anos e meio em que exerci o meu mandato, e fizeram-nos tão proficientemente que ninguém deu pela minha falta. Punha-se mesmo o problema de saber qual era o grau da minha utilidade, havendo quatro Vice-Presidentes da categoria daqueles que eu tinha. Quero agradecer-lhes essa lealíssima e competentíssima colaboração.

Também quero agradecer aos restantes membros da Mesa, Secretários e Vice-Secretários, cujo papel não é fácil, ao contrário do que por vezes parece, e que também se houveram com grande competência no exercício dessa tarefa.

Quero ainda agradecer aos membros do Conselho de Administração, um órgão que não tem muita visibilidade mas que é fundamental na gestão desta Casa. Desde logo, ao seu Presidente, Rui Vieira, e a todos os restantes membros que nesse órgão representaram as várias bancadas quero agradecer o facto de quase não se ter dado pela sua existência, pela razão simples de que souberam sempre resolver sem conflitos e sem problemas as questões que lhes foram colocadas, muitas delas da maior importância e até do maior melindre.

Uma vez mais, quero agradecer aos Srs. Funcionários, a todos os funcionários, sem os quais esta Assembleia não funciona. São uma pedra fundamental deste edifício físico, jurídico e político. Permitam-me, no entanto, que destaque a figura da Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral, a Dr.<sup>a</sup> Maria Adelina de Sá Carvalho, que foi uma excepcional Secretária-Geral, tendo não só estado na origem da maioria das iniciativas positivas que foram tomadas, quer ao nível da valorização do edifício, quer ao nível do funcionamento da instituição, como assegurado uma perfeita execução dessas iniciativas. Se esta Assembleia, em certo sentido, é outra e indiscutivelmente melhor, isso deve-se fundamentalmente a ela. Muitos dos méritos que me são atribuídos são-no injustamente, porque, com mais justiça, poderiam ser-lhe endereçados.

Também quero agradecer aos Srs. Agentes de segurança, que velaram pela nossa tranquilidade e pela normalidade do funcionamento da Assembleia, e aos agentes da GNR, que asseguraram de forma impecável e com inexcedível apuro a solenidade e o brilho dos actos solenes.

Aos Srs. Profissionais da comunicação social devo, uma vez mais, o meu agradecimento. Eu já os considero incluídos na classe política, já que eles sabem tanta ou mais política do que nós. A verdade é que sem o seu contributo o que aqui se passa não teria eco público, seria, e uma vez mais o digo, um verdadeiro segredo de Estado. Desejo que eles possam continuar a contribuir para a normalidade da vida da Assembleia e, se me é possível desejar isso, para o reforço do seu prestígio.

Como os últimos são os primeiros, segundo as Escrituras, que às vezes ainda releio, agradeço necessariamente aos Srs. Deputados, aqueles com quem colaborei nestes seis anos e meio de exercício do meu mandato, que me facilitaram de tal maneira a tarefa que tudo se passou com uma normalidade e uma qualidade que quero assinalar. Não somos todos iguais enquanto parlamentares, mas esta Assembleia contou e espero que continue a contar — disso, aliás, não tenho qualquer dúvida — com parlamentares ilustres que, apesar de mal pagos (ando a dizer isto há mais de uma década e só agora começo a ter alguns apoios) e apesar de mal julgados, mal apreciados, exerceram tarefas de grande brilho e de grande dignidade. Só quem está por dentro da vida desta Assembleia é que sabe o mérito que tem fazer leis, apresentar propostas e requerimentos, fiscalizar a actividade do Governo e da Administração Pública, participar nos debates parlamentares, que são fundamentalíssimos para a vida de qualquer democracia. Se alguém é injusto no juízo que sobre eles é feito, não serei eu, com certeza, já que lhes ficarei, como português e como Presidente da Assembleia da República, eternamente grato.

Deixo este cargo sem a sombra de uma mágoa ou de um ressentimento. Não sou muito dado a este tipo de sentimentos, mas também não tive grandes razões para me sentir magoado ou ressentido, pelo contrário. Desta minha permanência neste lugar, tirando os longos momentos em que tive de estar aqui durante horas, sem sair da minha cadeira, a presidir aos trabalhos, o que nem sempre deixou de ser cansativo, embora sempre agradável, diria que só leve boas recordações e já algumas saudades.

Se me permitem dizê-lo, a única mágoa que levo comigo é contra mim mesmo, por não ter sido capaz de cumprir, além de um certo ponto — embora o tenha feito em parte —, a promessa que inicialmente vos fiz, a de reforçar até onde possível o prestígio desta Assembleia. Mas devo dizer que estou convencido de que o não termos ido mais longe nesse reforço fica a dever-se mais a causas objectivas do que a culpas subjectivas, incluindo as minhas; penso que isso fica a dever-se a um fenómeno civilizacional da crise que afecta todas as instituições parlamentares e a própria democracia representativa, em todas as democracias do mundo de hoje.

É um fenómeno sobre o qual prometo continuar a reflectir, porque já anteriormente fiz sobre ele algumas reflexões, sempre, necessariamente, na procura do correcto diagnóstico e também, na medida em que eu for capaz disso, da correcta e ajustada terapêutica.

Incito os Srs. Deputados a acompanharem-me ou a substituírem-me, se possível a ultrapassarem-me, nesta preocupação de reflectir sobre a crise da instituição parlamentar em todas as democracias e a crise da própria democracia representativa *versus* democracia directa e participativa.

Talvez fosse possível ter feito bastante melhor, mas cada um vai até onde é capaz, e eu, de facto, sinto que fui até onde era capaz. Espero que o novo Presidente, sobre o qual, no momento oportuno, direi também algumas palavras, tenha mais sorte do que eu e seja mais capaz do que eu neste trabalho e neste empenho de prestigiar a instituição parlamentar.

Continuarei por mais algum tempo, que na minha idade já não pode ser muito, entre vós, na qualidade de Deputado do meu grupo parlamentar; talvez assim, na hora da despedida, tenha menos desencanto, ao contrário do que acontece em Coimbra.

Quando pela primeira vez me sentei nesta cadeira, prometi-vos que me iria embora antes de deixar de saber contar até 10. Ainda sei, mas já não sei por quanto tempo. De qualquer modo, agora o problema é ir embora, não deste lugar mas da bancada do meu grupo parlamentar, quando a idade ou a minha própria vontade me exigir que o faça. Sempre entendi que devemos deixar de jogar enquanto ainda «metemos golos». Talvez eu ainda tenha a possibilidade de «meter alguns golos de cabeça», mas, como já há muito que deixei de ter a possibilidade de ser um Jardel, também por isso já não tenho muitas ilusões sobre o mérito do meu trabalho futuro.

Parto, como eu já disse, seguro de que vou ser bem substituído, mas sobre isto terei, em breve, oportunidade de me pronunciar.

Desejo a todos os Srs. Deputados, os que transitaram de anteriores mandatos ou aqueles que de novo tiveram o privilégio de ser escolhidos pelo povo português, um bem

sucedido mandato, que retirem dele as satisfações que dele esperam.

A democracia e ao País desejo sinceramente uma auspiciosa Legislatura.

Por agora, é tudo, Srs. Deputados.

*Aplausos gerais, de pé.*

Srs. Deputados, chegou aquele momento solene, que, na televisão, costuma ser anunciado assim: E o vencedor é...!

Assim, a acta do escrutínio é do seguinte teor: «Aos dez dias do mês de Abril de dois mil e dois, procedeu-se à eleição do Presidente da Assembleia da República tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes — 227

Candidato proposto: João Bosco Soares Mota Amaral

Votos «sim» — 163

Votos brancos — 55

Votos nulos — 9

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito Presidente da Assembleia da República o candidato proposto.

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Duarte Pacheco — Ascenso Simões*.

Srs. Deputados, nos termos da acta que acabo de ler, proclamo eleito Presidente da Assembleia da República o Sr. Deputado João Bosco Soares Mota Amaral.

*Aplausos gerais, de pé.*

Antes de pedir ao Sr. Presidente da Assembleia da República, meu particular amigo, João Bosco Soares Mota Amaral, que venha ocupar o seu lugar, quero dizer uma palavra final para o felicitar pela distinção que mereceu de todos nós, ao ser designado, tão expressivamente, como Presidente da Assembleia da República do nosso país. Bem justificou essa eleição, e bem a merece!

O Dr. Mota Amaral é uma alta personalidade da cena política portuguesa, vem precedido de um currículo político de luxo. E lembro que ele foi o primeiro dos presentes nesta Sala a nela tomar assento como Deputado, já então na defesa dos valores de que hoje somos guardiões. Depois do 25 de Abril, teve um currículo político de alto luxo. Foi Presidente, com lugar cativo, em várias legislaturas do Governo Regional dos Açores, membro do Conselho de Estado, Deputado, Vice-Presidente da Assembleia da República e agora seu Presidente, pensador político, homem de acção, uma personalidade que eu caracterizaria, para não vos roubar mais tempo, numa simples afirmação: ele é, ele tem sido, mesmo sem Senado, um Senador da República Portuguesa!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Desejo-lhe, muito sinceramente, como Presidente cessante e como seu amigo, as maiores felicidades e os maiores sucessos no exercício do cargo.

Dizer-lhe isto é um dever patriótico de todos nós, porque o seu êxito será o êxito da Assembleia e do País, mas nisto vai também um impulso de dedicação e amizade.

Muito obrigado!

Sr. Presidente Mota Amaral, peço-lhe o favor de se dirigir à Mesa que é, a partir de agora, o seu lugar.

*Aplausos gerais, de pé.*

O Sr. Presidente eleito foi acompanhado à Mesa pelo Sr. Presidente cessante, o qual, após troca de cumprimentos, ocupou o seu lugar na bancada do PS.

*Aplausos gerais, de pé.*

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: Por temer as emoções, preferi passar a escrito previamente o que tenho para dizer. Nisto procedi conforme o sábio conselho, que já vi atribuído ao grande Churchill: «De improviso, não convém dizer senão: Bom dia!»

Começo por agradecer, comovidamente, a confiança que me foi manifestada, em votação por sufrágio secreto, para exercer as funções de Presidente da Assembleia da República. Procurarei ser sempre digno dela, desempenhando o mandato, agora recebido, nos termos da Constituição e do Regimento, com independência perante todos os Grupos Parlamentares, indispensável para a todos poder tratar com lealdade e com justiça.

A Assembleia da República é, pela sua própria natureza, o órgão de soberania representativo dos cidadãos e das cidadãs de Portugal, residentes no território nacional ou espalhados nas sete partidas do Mundo, nas Comunidades Portuguesas, que são o nosso enlevo e o nosso orgulho.

Ao assumir as pesadas responsabilidades da presidência desta Câmara, o meu pensamento dirige-se ao Povo Português — que, no exercício da sua Soberania, a todos nos escolheu, em eleições livres e segundo a sua livre opção — para lhe dirigir uma saudação respeitosa, que é simultaneamente um compromisso de zelo pelo interesse nacional e de muito trabalho em serviço dele.

De entre o conjunto do nosso País, pede-me o coração que destaque, para uma saudação especialíssima, a minha Terra-Mãe, as belas ilhas dos Açores e as suas gentes, o Povo Açoreano, hoje aqui presente, nas galerias, através de alguns dos seus dignos representantes eleitos;...

*Aplausos gerais.*

... juntamente com as ilhas do Arquipélago da Madeira, os Açores prolongam, no meio do Atlântico, a comunidade nacional, constituindo lá, livremente, Portugal.

Saúdo também as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e os Srs. Deputados, titulares legítimos do mandato democrático, que exprime a liberdade da Nação Portuguesa e por isso credores de geral consideração e das minhas homenagens pessoais. Quero trabalhar com todos os membros da Representação Nacional em moldes iguais, de transparência e de cordialidade. Peço compreensão e indulgência para algum mais que provável nervosismo ocasional e para os erros de juízo e decisão que, às vezes dramaticamente — mas, espero, não



será nunca o caso! — exprimem as limitações da condição humana. Desde já agradeço as críticas, desassombradas e frontais, que me ajudem a permanecer no meu propósito inicial de presidir bem e de acertar, prudentemente.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Cumprimento os funcionários da Casa, da Secretaria-Geral e dos Grupos Parlamentares, de todas as categorias e qualificações. Aprecio a competência e a dedicação de todos; de todos espero um entusiasmo sempre renovado para uma superação profissional constante, apontada a padrões de verdadeira excelência.

Cumprimento também os representantes dos órgãos de comunicação social, escrita, radiofónica e televisiva, bem como os fotógrafos e operadores de câmara, cuja tarefa assume cada vez mais profunda significação jornalística. A todos cabe o espinhoso encargo de mediatizar, para informação da opinião pública, os trabalhos do Parlamento, com liberdade e responsabilidade. No que estiver sob o meu poder, assegurarei disponibilidade e abertura.

Saúdo, finalmente — os últimos são os primeiros! — o Sr. Presidente da República; o Sr. Primeiro-Ministro e todos os membros do Governo, muitos dos quais são aliás também membros do Parlamento; os Tribunais e as Magistraturas que os servem; as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; as Autarquias Locais; a Administração Pública; as Forças Armadas; as Universidades; e todas as outras instituições através das quais se organiza e exprime a sua perene vitalidade a sociedade portuguesa, livre e plural. Com todas estas entidades desejo manter, em nome da Assembleia da República, diálogo e cooperação; e aos órgãos de Soberania, mencionados, com a devida homenagem, prometo respeito e solidariedade.

Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: Feitos os cumprimentos da praxe, que nem por isso são menos sentidos, é tempo de me dirigir ao meu ilustre antecessor na cátedra curul do Parlamento.

Sobre as elevadas qualidades humanas, o brilho intelectual, o inigualável percurso político do Sr. Deputado Almeida Santos abundantemente se tem falado nesta Casa, em diversas ocasiões e a partir das diferentes bancadas parlamentares.

Todos lhe reconhecemos a inteligência, a elegante gentileza, o requintado bom-humor; todos lhe admiramos a amplitude de horizontes culturais, o domínio da língua, falada e escrita e a beleza do estilo, o discernimento de jurista de alto gabarito, que fez dele o grande legislador da fase de transição e implantação democrática no nosso País; todos queremos partilhar o seu compromisso vital com a democracia e os direitos humanos, a inquietação solidária pelos povos de língua portuguesa, a sabedoria, que vê longe, perante os problemas e as incertezas do Mundo, no dealbar do século XXI.

Considero muito difícil suceder a António Almeida Santos como Presidente da Assembleia da República. A sua forte personalidade, de homem, de intelectual e de político, marcou a função em termos indeléveis, grangeando-lhe prestígio, no âmbito nacional e internacional. Honrarei sempre uma tão distinta e rica herança, que se junta ao património acumulado por todos os antigos titulares do cargo, desde o inesquecível Presidente Henrique de Bar-

ros, na Assembleia Constituinte nascida da Revolução do 25 de Abril, até ao Presidente António Barbosa de Melo, que tanto me honra e à Câmara pela sua companhia, hoje.

*Aplausos gerais.*

A Assembleia da República, rememorando o mandato presidencial agora findo, gratamente reconhece o salto qualitativo verificado nas condições de trabalho dos parlamentares e dos funcionários, no acesso às novas tecnologias, na conservação e enriquecimento do património histórico, cultural e artístico do Palácio de São Bento e seus anexos. Em todas estas tarefas, os colaboradores directos do Presidente Almeida Santos tiveram dedicada participação, por todos se impondo destacar a Secretaria-Geral, Sr.<sup>a</sup> Conselheira Maria Adelina Sá Carvalho e o Chefe de Gabinete, Dr. Jorge Monte Cid, ambos eles intrépidos e zelosos servidores do Parlamento.

*Aplausos gerais.*

Na hora da despedida ao Presidente Almeida Santos (assim o hei-de tratar sempre!) — liberto da responsabilidade directa das cargas presidenciais, mas não da obrigação de me dar bons conselhos (para cujo cumprimento já lhe reservei um gabinete, bem perto do meu), menos ainda do livre desempenho do seu mandato parlamentar — nesta hora, a Assembleia da República, sabendo como ele tem em pouco honrarias de qualquer tipo, só pode dizer-lhe, cordialmente: — Muito obrigado!

*Aplausos gerais.*

Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: Permitam-me que deixe bem claro, desde o primeiro momento: — não venho simplesmente ocupar um lugar, trago uma agenda para cumprir! E esta resume-se em promover a melhoria da qualidade do trabalho do Parlamento. Digo-o assim, de forma cautelosa e até humilde, porque não se trata de tarefa que um só, nem sequer o Presidente da Assembleia da República, possa levar a cabo por si próprio. Exige o compromisso e o empenho de todos! Caber-me-á, quanto muito, uma função dinamizadora, que aliás se coaduna perfeitamente com a noção por mim subscrita acerca do poder e do seu exercício, que deve ser sobretudo servir.

Por outro lado, prefiro apontar objectivos limitados e realistas, do que perder-me em grandiloquentes formulações sobre a reforma do Parlamento e do próprio sistema político, tarefas certamente prioritárias nesta legislatura com poderes constituintes, mas de cuja iniciativa são responsáveis exclusivos os partidos políticos. Por outro lado, não me desonera a consciência lastimar-me vamente sobre a desvalorização da nossa instituição face ao novo poder mediático, quando julgo haver medidas a tomar imediatamente para recuperar o peso político do Parlamento e reforçar a consideração social que merece.

Recordo a exclamação de John Kennedy, no início dos anos sessenta, ao desafiar a América para a grande arrancada, que a haveria de conduzir ao apogeu: — «Não estamos satisfeitos; podemos fazer melhor!» No que toca ao trabalho do Parlamento, e apesar dos avanços progressivamente comprovados, julgo que essa verificação e esse propósito se aplicam com todo o rigor.



Refiro-me desde logo à elaboração das leis, que é a nossa prerrogativa mais excelsa. Não para reclamar maior prestação no processo legislativo, que requer sempre prudência e por isso reflectida ponderação. Julgo até que o nosso País tem leis a mais, muitas delas supérfluas e outras desactualizadas, desacreditadas e caídas em desuso, umas e outras exigindo expressa revogação. O que me parece desejável é que as iniciativas legislativas recebam a atenção e o profundo estudo merecidos, de modo que o conteúdo e a justificação das alterações pretendidas fiquem bem claros, permitindo à Assembleia da República um juízo fundamentado sobre a justiça, conveniência e oportunidade delas.

No acompanhamento e fiscalização da actividade do Governo e da Administração podemos decerto introduzir algumas novidades. Trabalhos levados a efeito nas duas legislaturas anteriores, relativos à revisão do Regimento da Assembleia da República — outra tarefa a realizar com urgência — apontaram para a necessidade de recentrar no Parlamento o debate político. Convém que os membros do Governo participem mais nas nossas reuniões; o Primeiro-Ministro e os Ministros devem vir aqui, com regularidade, responder a perguntas; vou pedir mesmo ao novo Primeiro-Ministro que os anúncios de medidas de política, para dar execução ao Programa do Governo ou para fazer face a problemas de actualidade, passe a ser feito perante o Parlamento, em sessão plenária ou das comissões competentes, sujeitando-se assim logo à prova de fogo do debate contraditório, que é aliás poder e dever primordial dos parlamentares e constitui estímulo para a qualidade da acção governativa.

#### *Aplausos gerais.*

Das comissões, através dos respectivos presidentes, pretendo exigir muito. Em qualquer parlamento que se preze, por este mundo fora, o trabalho das comissões é hoje fundamental. Não devemos regatear meios, materiais e sobretudo humanos, para que o resultado do seu labor tenha a qualidade devida. Desaconselharei a realização de reuniões de comissão enquanto decorrem as nossas sessões plenárias; prefiro que estas sejam curtas e intensas, preenchidas com a discussão viva de temas relevantes e actuais, deixando a segunda parte da tarde livre para reforçar o calendário das comissões. O desempenho delas deve ser acompanhado pela Presidência e também pelo Plenário, nos termos estatuídos no nosso Regimento.

Serei o primeiro a estimular a iniciativa das comissões para que acompanhem e vão mesmo à frente dos problemas que o nosso País em cada altura atravessa, em vez de se confinarem à atitude passiva de apreciarem os diplomas que lhes sejam distribuídos. Desejo para o Parlamento um papel activo perante a sociedade portuguesa, que torne evidente aos cidadãos e às cidadãs o valor e a utilidade do mandato conferido aos Deputados e às Deputadas nas eleições para a Assembleia da República e portanto do seu próprio voto também. Sem pôr em causa a intervenção das associações cívicas e das organizações não governamentais, que são veículo para uma mais intensa participação, aprofundando a vivência da democracia, considero inaceitável que o Parlamento não reivindique nem assumam a posição liderante nas principais matérias que preocupam a

sociedade, sobretudo sempre que esteja em causa a defesa e promoção dos direitos humanos. Foi para isso afinal que fomos eleitos pelo Povo Português!

#### *Aplausos gerais.*

Entendo portanto que o Parlamento deve abrir-se mais ao contacto com as entidades sociais e com os cidadãos e as cidadãs, em vez de se confinar dentro das quatro paredes deste histórico Palácio de São Bento. As portas hão-de estar sempre patentes aos peticionários e a quem tenha algum contributo valioso ao exercício das nossas competências constitucionais. Mas nós próprios temos de ir ao encontro das pessoas, individualmente, conforme é costume cada um fazer no círculo por que é eleito, e mediante deputações parlamentares, que dêem fé do interesse do Parlamento pelos progressos e também pelos problemas e dificuldades que se verificam na sociedade portuguesa.

É minha intenção valorizar a representação da Assembleia da República no exterior, contribuindo, mediante o exercício esclarecido de uma verdadeira diplomacia parlamentar, para maior visibilidade e mais alto perfil das relações externas do Estado Português. O diálogo inter-parlamentar, no âmbito da União Europeia, tem-se revelado frutuoso e tenciono prosseguir, com o maior empenho, a participação portuguesa nele. Julgo que, face ao anunciado alargamento da União, o papel de Portugal pode ser reforçado com a tomada de iniciativas em relação aos novos membros, muitos deles de dimensão semelhante à nossa e confrontados com problemas de transição, relativamente aos quais temos valiosa experiência a partilhar.

Às nossas delegações em organismos parlamentares internacionais dedicarei particular atenção. A elas deverão candidatar-se Membros do Parlamento que tenham as necessárias disponibilidade e aptidões. O trabalho que aí venham a realizar e que todos seguiremos, através dos mecanismos regimentalmente previstos, resultará decerto em prestígio para Portugal.

Os Grupos Parlamentares de Amizade constituem um instrumento mais de projecção externa do Parlamento, propiciando melhor entendimento mútuo entre os Estados e entre os povos. Proporei, em tempo oportuno, regras novas sobre a criação e funcionamento deles. Julgo que devem obedecer a critérios de prioridade, definidos em função do interesse nacional. Considero-os importantes também para o acompanhamento, no plano político, dos diversos programas de cooperação inter-parlamentar de tipo técnico-administrativo, que a Assembleia da República mantém, nomeadamente na área da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Muito naturalmente, prestarei especial atenção ao diálogo e à cooperação institucional da Assembleia da República com as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Noutro plano, as diversas entidades que funcionam na órbita do Parlamento hão-de ser devidamente acompanhadas.

Para o cabal desempenho das tarefas que enunciei, conto com a ajuda dos membros da Mesa a eleger pela Câmara, antes de mais com os Vice-Presidentes. Com eles tenciono formar uma equipa coesa, baseada em relações de lealdade e confiança mútua, que dê vibrante testemunho de não serem a pluralidade de opiniões e os diferentes compromissos partidários obstáculo intransponível, quan-

do se trata de trabalhar para a eficácia e o prestígio da Assembleia da República, na prossecução do interesse do Estado Português.

*Aplausos gerais.*

Vou já prevenindo que pedirei conselho, delegarei competências, repartirei missões, reclamando, em contrapartida, a exigível disponibilidade.

Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: É meu firme propósito fazer, no exercício do cargo para que fui eleito, discursos breves e optimistas. Por excepção tenho hoje de ser mais longo, pois convém dizer, no primeiro dia, algumas coisas, que assim não será necessário repetir.

No nosso tempo, como é bem sabido, a imagem conta muito. Nós todos é que fazemos a imagem do Parlamento. Por isso a imagem do Parlamento será aquela que nós quisermos. Não duvido que todos queremos que os nossos concidadãos e as nossas concidadãs considerem a Assembleia da República uma instituição onde se trabalha muito e bem, com qualidade, num clima de convivência plural e de respeito mútuo, em patriótico serviço dos interesses de Portugal. Aquilo que cada um de nós, concretamente, se propuser fazer neste sentido, marcará a legislatura agora iniciada.

Os nossos trabalhos estão submetidos a uma mediatização extrema, que com a transmissão televisiva directa das sessões plenárias, passou mesmo a ser, quanto a elas, total. É impossível manter hoje os hábitos típicos de clube social com direito de admissão reservado, que marcaram, desde o século XIX, as praxes parlamentares. O que aqui dizemos ou fazemos — ou até não fazemos... — é observado criticamente pelos portugueses e pelas portuguesas, através das emissões televisivas.

Convém não esquecer que a televisão é, como dizem os entendidos, um meio frio, por onde passam particularmente mal certos incidentes mais acalorados ou uma generalizada falta de atenção e sem cerimónia. Por outro lado, evitando cair no exagero da política-espectáculo, devemos ter presente quanto vale o enquadramento, incluindo na sua componente humana. Apelo à dedicada colaboração de todos para que se respeite rigorosamente a pontualidade, sejam cumpridas as regras sobre assiduidade e sobre *quorum*, de funcionamento e mais ainda de votação, se evite uma informalidade excessiva. O Parlamento tem de ter uma certa solenidade própria; e quando aí se afrouxa, naquele mínimo de cerimonial indispensável, é o Estado democrático que fica a perder. Tudo isto por elementar respeito pelo mandato que solenemente nos conferiu, em eleições livres, o Povo Português.

Gostaria muito — gostaríamos todos, certamente — que a nona legislatura agora iniciada fosse, como a *Nona Sinfonia*, diferente, melhor e mais bela do que todas as anteriores. Isto não envolve qualquer censura ou menosprezo pelo passado, que de todos nós só merece admiração e até mesmo gratidão. Mas no seguimento de eleições gerais é sempre um novo período que desponta, proporcionando a oportunidade para, como se diz, mudar de vida e começar de novo.

Acresce que uma parte importante dos actuais Membros do Parlamento, mais de um terço, julgo eu, faz agora a sua

estreia. Para eles, uma saudação especial. Mas mesmo os mais antigos, retemperados pelo intenso contacto com o povo, que a campanha eleitoral proporcionou, regressam cheios de energia, com o firme desejo de dar satisfação às aspirações e exigências que lhes foram formuladas pelos cidadãos e pelas cidadãs, em toda a volta do nosso País. É por isso também que as eleições são fundamentais para a democracia, funcionando as campanhas eleitorais como uma injeção intra-venosa de entusiasmo para os parlamentares.

Exorto as direcções dos Grupos Parlamentares a distribuírem tarefas entre os respectivos membros, não deixando nenhum de fora, sem um trabalho concreto de responsabilidade parlamentar, que o motive a participar intensamente. A principal função da liderança e a prova real da sua capacidade consiste precisamente em saber dar a cada um a missão que lhe corresponde, em função das aptidões próprias e dos seus interesses peculiares.

Nós somos, em sentido rigoroso, os eleitos da Nação, para nos empenharmos num serviço de ressonância patriótica, cujo peso e dignidade temos de sentir sobre os nossos ombros, em cada dia.

É corrente falar-se, em tom de lástima, da crescente abstenção em actos eleitorais, sintoma de um certo mal-estar larvante entre os cidadãos e as cidadãs, aparentemente desiludidos, senão mesmo zangados, com as instituições democráticas e os responsáveis políticos. Temos todos de trabalhar muito e seriamente para corrigir as possíveis razões desse julgamento negativo, assumindo cada um a sua quota-parte da culpa, que porventura exista, em tão preocupante estado de coisas.

Mas o mais estimulante desafio para um trabalho árduo, no desempenho dos nossos poderes constitucionais, é-nos feito sobretudo pelas 5 433 924 pessoas, homens e mulheres, jovens ou menos jovens, ricos e pobres, com variados graus de cultura, que no passado dia 17 de Março saíram de suas casas e foram efectivamente depositar nas urnas o boletim de voto, contendo a livre expressão da sua vontade, assim dando conteúdo, uma vez mais, à liberdade e soberania da nossa comunidade nacional.

É por mandato expresso do Povo Português — em toda a geografia do nosso território plural e nas comunidades de emigrantes, bem como no pluralismo das suas livres opções político-partidárias — que aqui estamos todos; para darmos o nosso contributo à continuidade e engrandecimento de um exaltante projecto colectivo, que, no meio de muitas dificuldades, vem atravessando os séculos e as gerações e tem por nome: Portugal!

*Aplausos gerais, de pé.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Colegas: Gostaria, em primeiro lugar, de, em nome do Grupo Parlamentar de Os Verdes, dirigir uma saudação ao ex-Presidente Almeida Santos, que retoma o seu lugar de Deputado neste Parlamento e que, seguramente, continuará a ser um Deputado insubstituível, uma referência, e, pelo enorme pa-

trimónio da sua vida, da sua experiência e da sua qualidade, alguém que, de forma diferente, continuará a prestigiar este Parlamento.

É nessa qualidade que saúdo o Deputado Almeida Santos, agora a exercer outras funções, mas que de modo nenhum significam partida. Aliás, as partidas são sempre falsas no caso do Deputado Almeida Santos, cuja enorme resistência, humor e energia muitas vezes admiram e deixam perplexos os mais novos.

Em relação à Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral e à sua equipa, que cessam funções, penso que é justo lembrar o impulso renovador e transformador que deram a este espaço, a esta Casa, e que, seguramente, foi também um elemento prestigiador para a Assembleia.

Mas, de facto, temos um momento diferente à nossa frente, e é nessa perspectiva de falar no presente para o futuro que gostaria de me dirigir, com toda a simpatia, ao actual Presidente Mota Amaral, que foi eleito de uma forma tão expressiva, e dizer-lhe, desde já, da total disponibilidade de Os Verdes para colaborarem no sentido de se alcançar o prestígio da Assembleia.

É nossa convicção de que a transformação deste espaço, a sua credibilização, o cumprimento do seu dever, que é o de ser um espaço aberto à sociedade onde estamos, um espaço aberto ao mundo, um espaço de colaboração, é uma tarefa que, não sendo fácil, requer a colaboração de todos, lealdade e frontalidade. E é, seguramente, com essa frontalidade, com essa lealdade e com a diversidade de pontos de vista, que é um elemento enriquecedor, que continuaremos a participar neste espaço e, desde já, manifestamos a nossa total abertura para as múltiplas missões, que não são fáceis, que este Parlamento tem pela frente.

Este Parlamento tem pela frente a necessidade de continuar a cooperar e a aprofundar a sua cooperação com novos parlamentos, designadamente com o de Timor Leste, relativamente ao qual tem tido um papel importante, e é bom que esse papel seja mantido e aprofundado.

Este Parlamento tem que se abrir ao mundo e deve colaborar com outros parlamentos, aprendendo com eles!

Este Parlamento não pode ficar fechado àquilo que de mais importante acontece na comunidade internacional e, olhando para o seu próprio país e para o seu interior, tem também que estar aberto ao mundo! Isso é uma aprendizagem! Essa é, seguramente, uma missão importante! E o nosso papel fiscalizador, que não é, seguramente, fácil, exige transformações, exige que se dote este espaço de outros meios que ajudem cada um de nós a cumprir o seu dever e a poder honrar o compromisso assumido para com aqueles que confiaram em nós.

Sr. Presidente, em último lugar, se me permite, direi que é nossa convicção de que a responsabilidade que temos não é só em relação aos mais de 5 milhões de portugueses que votaram mas também em relação a todos os outros que, não tendo votado, têm que recuperar a confiança nas instituições e têm que perceber que vale a pena participar da vida pública, porque esta lhes respeita.

Sr. Presidente, é nesse sentido que lhe desejo o maior sucesso no futuro desempenho das suas funções.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr. Presidente, quero começar por cumprimentá-lo, em nome da bancada do Bloco de Esquerda, pela sua eleição como Presidente da Assembleia República, desejar-lhe as maiores felicidades e, naturalmente, ressaltar que encontrará, da parte desta bancada, dentro da defesa dos pontos de vista que nos fizeram chegar a este Parlamento, a mais sincera colaboração.

Registamos que o Sr. Presidente foi, enquanto Deputado, na legislatura anterior, uma das pessoas — talvez, até, uma das poucas pessoas — que procurou abanar a rotina da vida deste Parlamento e introduzir no seu debate a necessidade de uma agenda de transformações do Regimento, do funcionamento, dos compromissos, do trabalho desta Assembleia. Essa é, certamente, uma das tarefas que continuamos a ter pela frente e que esperamos possa ser resolvida tão depressa quanto possível, para bem do trabalho que aqui é feito.

Quero, no entanto, dirigir-me também ao ex-Presidente da Assembleia da República Dr. António de Almeida Santos. Na última reunião da Comissão Permanente da anterior legislatura, tive oportunidade, em nome desta bancada, de me dirigir ao Presidente e também de ressaltar o trabalho de alguns Deputados que já aqui não estão, nomeadamente, o de um dos vice-presidentes, o único que não foi reeleito na presente Legislatura.

Tive oportunidade de sublinhar que, ao longo da legislatura anterior, como, porventura, ao longo de toda a vida política, o Dr. Almeida Santos, então como Presidente da Assembleia da República, deu provas de uma grande integridade, de uma grande capacidade de dirigir os trabalhos desta Assembleia em momentos difíceis como aqueles que passámos. E disso queria fazer registo.

Mas é, sobretudo, não como seu «órfão», que não o sou, mas em nome da inteligência do debate político que quero dirigir-lhe algumas palavras, porque, hoje, não se trata de fazer uma homenagem a uma carreira política, mas sim de cumprir o dever de registar que do Presidente da Assembleia da República tivemos uma condução dos trabalhos eficaz e equitativa, mas tivemos, sobretudo, um apelo ao debate e à inteligência. E é aí que talvez nos tenha deixado as sementes mais importantes da sua prestação parlamentar.

Quem se dê ao trabalho, quem tenha o tempo e a coragem de afrontar a grande obra literária do Dr. António de Almeida Santos, encontrará, por exemplo, no seu último livro — «Pare, pense e mude» —, muitos temas de reflexão sobre a actualidade que estamos a viver, encontrará indignação, encontrará a convocação para a oposição. Encontrará alguém inquieto com o Governo do país mais poderoso do mundo, que discute uma lei que permitiria ao Presidente dos Estados Unidos da América intervir militarmente contra quem quer que pudesse vir a trazer a Tribunal Penal Internacional um cidadão ou um responsável governante norte-americano. Encontrará quem também se indigna contra as injustiças de uma globalização neo-liberal.

Pela minha parte, entendo que vale a pena ressaltar o debate político suscitado nessas obras e nessa intervenção, sobretudo porque hoje ou agora, nesta semana trágica que estamos a viver, quando no berço de tantas civilizações mediterrânicas se assiste à espiral da violência e do terror por parte de um Governo psicopata, talvez seja

necessário salientar o valor e a dignidade da defesa da fraternidade, da liberdade e da igualdade.

Dizia Goya, e como ele o sabia bem, que é no sono da razão que nascem os monstros. E de monstros estão cheios alguns dos seus quadros! Talvez o dilema da modernidade seja, justamente, viver com os fantasmas do passado. E nós, nesta semana, neste tempo moderno em que nos encontramos, estamos a viver com os fantasmas do passado. Estamos a viver e a conviver com eles, por vezes demasiado facilmente, designadamente com o terror e com a violência.

Por isso, a reflexão política que nos trouxe é de tanta importância e continua a apelar a esta Assembleia da República, onde, na diferença política da representação parlamentar, se vão discutir todos estes temas também nesta Legislatura. Por isso, quero agradecer-lhe, Sr. Presidente Almeida Santos. E por isso também, Sr. Presidente Mota Amaral, quero desejar-lhe as maiores felicidades.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero saudar o Sr. Presidente Mota Amaral pela sua eleição e salientar a intervenção que acabou de proferir, em que suscitou e propôs várias questões de grande importância para a instituição parlamentar, para o nosso Parlamento, as quais terão de merecer, certamente, a nossa análise e a nossa reflexão.

Quero também saudar, neste momento, o Sr. Presidente Almeida Santos, que agora cessa as suas funções, e saudá-lo com agrado, elogiando a capacidade de colaboração que teve, na direcção dos trabalhos, com todos os grupos parlamentares. E talvez o maior elogio ao seu desempenho como Presidente da Assembleia da República seja a normalidade com que, durante estes seis anos e meio, levámos a cabo todos os trabalhos, por vezes com grandes divergências e momentos acalorados. Essa normalidade, a normalidade que foi possível sob a sua direcção na presidência da Assembleia, no debate em Plenário, por exemplo, é o maior elogio, creio eu, à presidência da Assembleia da República que o Sr. Deputado Almeida Santos até agora desempenhou.

Quero, no entanto, discordar das palavras que há pouco proferiu, quando invocou alguma dispensabilidade da sua parte nestes seis anos e meio, tal era o valor dos vice-presidentes que tinha — e esse valor é verdadeiro —, porque, nesse ponto, entendo que, tal como nas orquestras não se dá muito pelo maestro mas, se ele não existir, elas não tocam em condições e afinadas, também o debate em Plenário e o funcionamento da Assembleia da República não dispensam uma boa condução, mesmo que ela não seja o seu aspecto mais visível.

Em relação à Legislatura que agora se inicia, quero dizer que, pela parte da bancada do PCP, fazemos votos de que ela seja frutuosa, num debate político frontal, sério, em que se espelhem bem as diferenças de opinião e se encontrem as melhores soluções para os problemas do País. Expressamos também o desejo de que seja uma legislatura em que se reforce o prestígio da Assembleia da Repúli-

ca. Esse reforço, que é uma necessidade para o reforço da nossa democracia, não dispensa que os debates encontrem soluções para os reais problemas do País e que se tomem medidas para a melhoria do funcionamento dos trabalhos parlamentares, medidas, essas, que podem, também desse ponto de vista, prestigiar esta instituição fundamental da nossa democracia aos olhos dos cidadãos.

Por outro lado, também é preciso que, nesta Legislatura, se reforcem, se valorizem e se aprofundem as capacidades e competências legislativas da Assembleia da República, que elas não sejam minorizadas, valorizando-se também, do mesmo modo, a capacidade, o dever e a competência de fiscalização da acção governativa, que é um dos principais pilares das competências da Assembleia da República.

Pela nossa parte, contribuiremos com a nossa intervenção e com a nossa iniciativa para que esta Legislatura seja uma legislatura de prestígio da Assembleia da República, de cumprimento dos compromissos com os eleitores e de resolução de problemas concretos, incluindo no debate político que, certamente, aqui travaremos.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.<sup>ss</sup> e Srs. Deputados: Permita-me, Sr. Presidente, que não siga o conselho de Winston Churchill e não me limite apenas a desejar-lhe boa tarde. Connosco isso não seria possível, porque, quando o vejo sentado, por direito próprio e por legitimidade democrática, nessa cadeira, tenho de deixar falar a emoção. Conheço-o desde os bancos da faculdade, tive o privilégio de acompanhar de perto a sua carreira e é, para mim, homem da sua geração, um prazer muito grande e uma emoção muito sentida vê-lo presidir à Assembleia da República, como segunda figura do Estado e, seguramente, augurando um grande trabalho em prol da democracia e do prestígio das instituições.

Desejo-lhe, Sr. Presidente, as maiores e merecidas felicidades, que serão as felicidades do nosso país e a «saudeabilidade» da democracia portuguesa.

Quero dizer-lhe, Sr. Presidente, que entendo que começa com o pé direito quando apresenta um programa a esta Assembleia que, creio, até seria enriquecido se fosse debatido em Plenário, tal é a riqueza do seu conteúdo. Mas permita-me destacar dois aspectos.

Em primeiro lugar, o relacionamento entre o Governo e o Parlamento. Creio que, das suas palavras, decorre a vontade do estrito cumprimento da letra e da lei da Constituição, na plenitude dos seus comandos e no equilíbrio de poderes entre o executivo e o legislativo. A esta Assembleia compete, em termos políticos, o acompanhamento do Governo e a todos o cumprimento, na plenitude, do mandato popular que aqui nos trouxe.

O segundo aspecto que quero destacar tem a ver com a sua intenção de melhorar o funcionamento da Assembleia da República. Quer em termos de trabalho de comissões, quer em termos de funcionamento desta Assembleia, com-

parado com outros tempos, e que todos conhecemos, muito já se caminhou mas há ainda, manifestamente, um caminho a percorrer. O facto de V. Ex.<sup>a</sup> se preocupar com esse caminho creio que demonstra um sentido de responsabilidade, por forma a que os Deputados possam exercer o seu trabalho com melhor qualidade.

Enfim, Sr. Presidente, tudo para prestígio das instituições democráticas, tudo para prestígio deste Parlamento, que o mesmo é dizer tudo para preservar a liberdade e a democracia.

Seja-me também permitida uma palavra para o Sr. Dr. Almeida Santos, meu querido e velho amigo de tantas lutas.

Sr. Dr. Almeida Santos, Meu Presidente — deixe-me tratá-lo também assim, como, aliás, sempre o tratarei —, se me permite, tem apenas um defeito: está sempre a chamar a atenção para a sua idade. Mas a verdade é que as palavras e as obras estão sempre a contradizê-lo! É que quanto mais chama a atenção para a sua idade melhor é a qualidade dos seus discursos, melhor é a elegância da sua escrita e, como já foi aqui referido, melhor é a problemática que, normalmente actual, traz à nossa reflexão. O Sr. Dr. Almeida Santos é um esteta! É um esteta da escrita e da palavra!

Prestigiou, como poucos presidentes, esta Assembleia, lutou, como poucos, pela liberdade. A si se deve muito do bom que o 25 de Abril trouxe a Portugal. Nós, todos, estamos-lhe muito gratos e os seus amigos estão particularmente esperançados no muito que o Sr. Dr. Almeida Santos ainda tem para dar ao seu País!

Sendo a última intervenção que faço como líder parlamentar da minha bancada — funções que tive a honra de exercer —, quero também saudar todos os Deputados que vêm pela primeira vez a esta Assembleia e desejar-lhes um mandato útil, no âmbito do qual estarei sempre disponível para, independentemente da bancada, realizar um trabalho conjunto.

Em relação àqueles com quem tive a honra de trabalhar, quero deixar uma palavra muito amiga e um agradecimento muito sincero. Estarei aqui, com muita honra, até ao fim do meu mandato. Espero poder continuar a contar com a vossa estima e com a vossa amizade.

Bem-haja a todos!

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há cerca de 30 anos, mais coisa menos coisa, aqui ao lado, no Quelhas, havia uma grande movimentação de estudantes de Económicas que exprimiam a sua revolta e as suas ideias e aqui, nesta Casa, o Eng.<sup>o</sup> Correia da Cunha fazia um discurso, enfim, considerado, então, moderadamente compreensivo para com as razões que nos assistiam. E, sabendo, com antecedência, que esse discurso iria ocorrer, várias centenas, muitas centenas de estudantes de Económicas, do ISCEF, encheram estas galerias. Devo dizer que, em geral, fomos mal recebidos mas houve quem

nos recebesse bem e foram tão poucos que recordo o Dr. Mota Amaral desse momento, em que, pela primeira vez, o conheci.

*Aplausos do PS e do PSD.*

Neste momento, em que assume esta importante função de Presidente da Assembleia da República, quero, pois, que as minhas primeiras palavras sejam para si de saudação sincera, votos de bom trabalho, de felicidades e também de parabéns por assumir tão importantes funções na hierarquia do Estado português. Estamos certos de que alguém que conhece tão bem esta Casa terá sempre tendência para, ao mesmo tempo que continua a servir a democracia e o País, desenvolver as funções da Assembleia da República e a sua importância relativa, a sua dignidade e a dignidade daquilo que aqui se passa. E é nesse sentido que quero também sublinhar a importância do seu discurso, das suas afirmações, do seu programa, que muito nos interessou e que estamos motivados para poder desenvolver, agora na oposição como antigamente com funções de apoio ao Governo.

Entretanto, o Deputado António de Almeida Santos cessa, como é óbvio, as funções de Presidente da Assembleia da República, que vinha desempenhando desde finais de 1995, com o respeito e a admiração de todos nós, conforme já foi hoje, aqui, bem visível.

Em meu nome e no do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumpre-me prestar a justa homenagem a quem, com *Civismo e Rebelião* e *Com Ironia e Sumo de Limão*, sempre se alistou na primeira linha da barricada na luta, primeiro, pela construção e consolidação da democracia em Portugal e, posteriormente, pelo seu aprofundamento, designadamente através da dignificação das funções do Parlamento e dos seus Deputados.

António de Almeida Santos formou-se em Coimbra em leis mas também em vida comunitária, numa república, em desporto, em fados, em poemas, em amores, em guitarradas e, sobretudo, na luta por causas.

Com frequência, teve razão antes do tempo. Um apelo à memória dos presentes e da História, lembrar-nos-á que tinha razão na luta contra o Estado Novo e pela democracia.

O Grupo de Democratas de Moçambique contou com ele, de 1953 a 1974, em duas candidaturas das listas de oposição ao regime e nas consequentes «descandidaturas», como costuma afirmar e sublinhar, por actos arbitrários da administração colonial.

Representou, em Moçambique, o General Humberto Delgado, que ganhou as eleições em todas as cidades e vilas onde foi possível haver contagem dos votos.

A luta pela abolição do estatuto do indígena, que previa várias categorias de portugueses em África, e o seu conhecimento da realidade local levou-o a defender uma solução federativa para as colónias portuguesas, até que, em 1971, no seu livro *Já Agora*, naturalmente apreendido pela censura, defendeu a aplicação do princípio da autodeterminação e independência desses territórios. Mais uma vez, tinha razão. Infelizmente, a História veio a ser escrita demasiado tarde!

Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, as causas da descolonização e da construção de um Estado demo-

crático em Portugal são assumidas por si como as suas razões de vida. À primeira, a História, estou certo, fará a devida justiça. À segunda, a nossa presença aqui, hoje, como Deputados eleitos de um país democrático, é já uma homenagem a Almeida Santos e a todos os fundadores da democracia portuguesa.

O Estado de direito tem-no também como um dos seus principais legisladores no Governo e na Assembleia da República. Na promoção dos princípios de Abril e da Constituição da República, à pena de António Almeida Santos se deve (mesmo quando lhe dói) muito da modernização ocorrida no Direito português.

A intervenção política foi, é e continuará a ser um dos seus combates. Assim, ei-lo sempre a abraçar novas causas que se encontram hoje no centro da discussão e da vida na sociedade portuguesa, e não só.

No seu livro *Vivos ou Dinossauros? — uma perspectiva ecológica* trilha os caminhos da luta por um novo modelo de desenvolvimento económico e social em que se defenda o ambiente e as gerações futuras.

Na sua actividade parlamentar, bate-se, designadamente, pela construção de uma Europa com mais cidadania, em defesa da dignificação social dos idosos, pela igualdade de direitos entre mulheres e homens e pela paridade na actividade política.

Nos últimos anos, Almeida Santos foi sempre uma voz esclarecida na luta pela assunção de uma política de redução de danos e de reinserção social dos toxicodependentes, que se tem vindo a consagrar e a promover no nosso país. Até nesta difícil problemática a sua luta foi pioneira em Portugal.

Por último, a Assembleia da República, todos nós, o País, devem ao Deputado e Presidente da Assembleia da República António de Almeida Santos a dignificação da actividade política através, por um lado, da sua escrita, iniciativas legislativas e intervenções no Parlamento e nos outros espaços públicos. Almeida Santos, na defesa das suas causas, recorreu sempre aos seus dotes de orador e de escrita, que o tornam, provavelmente, o melhor tribuno do regime democrático.

Por outro lado, enquanto Presidente da Assembleia da República, de finais de 1995 até ao presente, foi um reformador, um moderador de excessos, um formador de consensos, o que permitiu, com o reconhecimento de todos, um melhor funcionamento do Parlamento, designadamente em diversos momentos difíceis.

Todos sabemos que o político é o jurista não deram ainda o tempo merecido ao escritor. Mas permitam-me concluir esta minha intervenção recorrendo e citando um livro de contos do escritor António de Almeida Santos, que, na sua carta prefácio a Gavroche, escreve: «Vais dizer-me que já não há barricadas hoje em dia. Isso, porém, não é verdade. Uma barricada não é um monte de barricadas; é um amontoado de convicções. E por detrás delas, tu podes correr como uma esperança a erguer do chão os que se cansaram de lutar. As barricadas não se vêem. Mas estão sempre onde quiseres senti-las.

A gente deve querer o impossível, meu Gavroche! Se não, dá este bonito resultado: sonha-se o que está à mão (...). Devemos querer as estrelas mesmo sabendo que não

chegamos nem ao cume das montanhas... Isto é verdade meu homem. Sobretudo, não perder o hábito de querer ou sonhar. Quando isso se perde, vai tudo na enxurrada.»

#### *Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Vivemos hoje, nesta sessão, um momento alto da vida parlamentar, diria mesmo, um momento particularmente elevado da nossa democracia. Não é todos os dias que uma comunidade nacional vive esta situação de fazer substituir o Presidente do seu Parlamento, uma pessoa com a dimensão de Estado, com a dimensão política, com a dimensão humana e com percurso do Dr. Almeida Santos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Habituei-me, ainda jovem estudante de Direito, a ouvir falar de si e tive várias oportunidades de, como profissional do Direito, beber e estudar dos seus escritos, dos direitos de autor, e outros, que V. Ex.<sup>a</sup> deu à estampa. Noutras circunstâncias, quando passei pelo serviço militar em Moçambique, tive oportunidade de ver peças forenses da sua lavra que eram verdadeiros monumentos ao Direito. E também os seus escritos políticos. Lá lá a uma livraria, que dava, salvo erro, pelo nome de Minerva — tinha de ser uma deusa! —, e, antes que fossem apreendidos, ia comprar e ler sofregamente os seus escritos.

Tudo isto para dizer que, quando tive oportunidade de o conhecer pessoalmente e de conviver consigo, já o conhecia, já tinha admiração por si. E esse convívio só reforçou, só intensificou, essa admiração, amizade e consideração que tenho por si.

É extremamente interessante que vivamos todos aqui, com elevação e dignidade, este sentido de gratidão e de reconhecimento, que todos descobrimos em nós próprios, neste momento, em relação à sua presidência da Assembleia da República e à sua postura parlamentar. E felizmente que não temos de viver saudade, felizmente que não temos de lhe dizer adeus.

Vamos continuar a tê-lo aqui como parlamentar e a ter o seu contributo, que tantas vezes vi dar com elevação, na elaboração das leis, nas redacções alternativas, com uma beleza de estilo e com um rigor que muito o Estado de direito democrático lhe deve, e ficou a dever de forma acrescida com a presidência que exerceu.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Dr. João Bosco Soares Mota Amaral, é V. Ex.<sup>a</sup> praticamente um homem da minha geração, somos praticamente da mesma idade.

Ao longo do tempo de faculdade, V. Ex.<sup>a</sup> foi um aluno brilhante, e sabia-se das suas provas. Cedo passou também a ter uma actividade política, que ficou marcada nesta Casa como membro activo da ala liberal de Sá Carneiro;



foi também um dos obreiros da democracia. V. Ex.<sup>a</sup> conhece bem os cantos à casa desde essa época.

V. Ex.<sup>a</sup> passou pela presidência do Governo dos Açores. Não me levem a mal que saliente, entre todo o seu percurso, essa sua acção governativa e a produção que fez de muitas reflexões em intervenções públicas na construção de uma doutrina, de uma teoria, sobre as autonomias políticas regionais. É também um contributo que não deve ser esquecido no percurso da sua vida política.

Naturalmente que esta sua eleição para Presidente da Assembleia da República é, antes de mais, o dizer desta Assembleia que encontrámos, felizmente, alguém à altura de substituir o Presidente Almeida Santos. Alguém que também tem a dimensão do Estado e a dimensão política que todos lhe reconhecemos.

Conte V. Ex.<sup>a</sup> com o Grupo Parlamentar do PSD para o ajudar no programa que aqui enunciou, o qual passa pela continuação do esforço de dignificação do Parlamento, pela continuação do esforço de emprestar maior eficácia aos trabalhos parlamentares, pelo esforço de modernização da Assembleia da República.

Conte connosco, porque estamos inteiramente disponíveis para lhe dar o apoio de que necessita para esse trabalho, para esse empenho que sabemos ter toda a capacidade de realizar, e estamos certos de que vai fazê-lo.

Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados: É próprio da dialéctica parlamentar os confrontos que aqui temos. É próprio, felizmente, da vida democrática a alternância do poder. Vamos continuar a viver aqui a democracia, mas que o façamos com aquela meta que o Sr. Presidente agora eleito há pouco nos dizia: que o façamos pelo melhor de Portugal!

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Governo, por meu intermédio, deseja também associar-se a este momento solene e particularmente significativo deste início da Legislatura.

Quero, de uma forma breve, expressar aqui duas palavras. A primeira para saudar o Sr. Deputado Almeida Santos, Presidente cessante da Assembleia da República, e, sobretudo, para enaltecer, neste momento, as suas qualidades, em particular as políticas. Trata-se de um grande democrata, de um insigne jurista, de um parlamentar nato, de uma personalidade de relevantes méritos e qualidades, por todos reconhecidas, nos planos jurídico, político e intelectual. É uma pessoa que tem uma carreira política não apenas longa mas intensa, respeitada e prestigiada. Alguém que, enquanto Presidente da Assembleia da República nos últimos seis anos, atingiu um expoente elevado da sua carreira, que, neste momento, muito nos honra sublinhar e enaltecer.

Por isso, no momento em que cessa estas suas funções, que exerceu com elevada dignidade ao longo de seis anos, quero aqui dizer-lhe, Sr. Deputado Almeida Santos, em meu nome e em nome do Governo que aqui represento, muito obrigado. O País e a democracia portuguesa muito lhe devem!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quero, em segundo lugar, naturalmente com os maiores dos gostos, exprimir uma palavra de saudação, de cumprimento e, sobretudo, de felicitação ao Sr. Presidente da Assembleia da República há poucos instantes eleito, o Sr. Deputado Mota Amaral.

O Dr. Mota Amaral não é, como já aqui foi dito, e bem, uma pessoa qualquer; muito pelo contrário. É uma importante figura da democracia portuguesa, é um parlamentar ilustre e com inúmeras provas dadas ao longo de muitos anos. É também — importa aqui sublinhá-lo — um insigne fundador e um grande impulsionador da autonomia regional. Foi, durante cerca de 20 anos, um governante competente, respeitado e prestigiado na Região Autónoma dos Açores, dessa forma servindo os Açores, a autonomia regional e Portugal inteiro.

É, para além disso, um político de fortes convicções, coisa cada vez mais rara nos dias de hoje, mas por isso mesmo ainda mais preciosa. É alguém para quem os valores morais e os imperativos éticos são requisitos incontornáveis da sua maneira de ser, da sua personalidade e do seu carácter rico e firme.

Quero, por isso mesmo, aqui saudá-lo, mas quero também sublinhar ainda um outro facto politicamente relevante e muito significativo: depois do 25 de Abril, é a primeira vez que, a presidir à Assembleia da República, se encontra uma personalidade marcante e oriunda de uma região autónoma.

*Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.*

Quero, ainda, sublinhar o significado político desta circunstância, que não é uma mera circunstância. Para mim, a sua eleição tem igualmente o significado e a leitura de que, também por essa via, a autonomia regional, importante em si mesma, é um factor de cimento da unidade nacional. Por isso mesmo, associo os meus parabéns aos de todos quantos já os desejaram ao Dr. Mota Amaral.

Quero cumprimentá-lo também pelo magnífico e rico discurso que aqui, hoje, produziu, não apenas de circunstância mas de profundidade, de elevação.

Quero dizer-lhe que todos nós temos a convicção de que é mais um vulto importante da democracia portuguesa a suceder a vários outros que por esta Casa passaram e que a dignificaram e prestigiaram.

Já aqui fiz referência, e justa, ao Dr. Almeida Santos. Quero agora, com a mesma justiça e com muita estima e amizade, deixar um cumprimento a quem hoje nos acompanha e que também muito prestigiou esta Casa, o Prof. Barbosa de Melo.

*Aplausos gerais.*

Todos esperamos de si, Sr. Presidente Mota Amaral, dada a sua personalidade e pelo testemunho que já aqui, hoje, nos deixou, um contributo para uma presidência activa, inovadora e reformadora. É isso o que os parlamentares e, sobretudo, o País reclamam, para prestigiar esta Casa, dignificar o exercício desta função e, dessa forma, contribuir para elevar a qualidade da democracia.



Pela parte do Governo, enquanto agente parlamentar, contarão, Sr. Presidente e todos os Srs. Deputados — que, neste momento, cumprimento e saúdo —, com toda a abertura, solidariedade e cooperação, sempre com este objectivo: estamos aqui todos, cada um na pluralidade das suas opiniões, para servir Portugal, para servir a democracia portuguesa.

A si, a terminar, Sr. Presidente, meu caro amigo, Dr. Mota Amaral, segunda figura do Estado, muitos parabéns pela expressiva eleição que teve e o desejo de muitos sucessos à frente dos destinos desta Casa como Presidente da Assembleia da República.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Líderes Parlamentares, Srs. Deputados, Caro Secretário-Geral do Partido Socialista: Hoje, houve aqui a inversão de uma regra. Tradicionalmente, quem fazia os discursos grandes era eu.

*Risos.*

Hoje, quem fez o discurso grande, de fundo, foi o Sr. Presidente da Assembleia da República. E ainda bem que o fez! Porque eu quero felicitá-lo pela sua intervenção e dizer-lhe que subscrevo a sua agenda de trabalhos. Creio que é o melhor elogio que posso fazer-lhe. Assino por baixo tudo aquilo que prometeu promover no seu lugar de Presidente da Assembleia da República.

E também pude verificar, com grande agrado, que o Governo, através da pessoa do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, está de acordo com ele, o que é, de facto, de bom augúrio.

Desejo que a sua agenda seja completamente cumprida. E, se o for, preenche-se aquele desejo que formulei há pouco de que o Sr. Presidente Mota Amaral conseguirá, muito mais do que eu, o reforço do prestígio do Parlamento português.

Além disso, quero também felicitar o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares por termos a garantia de que foi o escolhido para vir para o meio de nós. Será uma presença muito agradável, porque, no passado, deu provas da sua capacidade como parlamentar brilhante, que demonstrou ser. Ora, quem foi um parlamentar brilhante será também, com certeza, um brilhante Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Também quero dar-me conta de que está presente o Prof. Barbosa de Melo, meu ilustre amigo. Há pouco, não me referi a ele porque não me apercebi da sua presença. Fico muito satisfeito por ter querido estar connosco hoje. Tenho por si, como sabe, a maior admiração e a maior estima e tenho que reconhecer que fui um homem de sorte, porque sucedi a um grande presidente e sou substituído por outro grande presidente. Este intervalo, que eu preenchi o melhor que pude, ficará digamos que entalado entre dois sucessos, o que lhe vai retirar um bocado de brilho.

Por outro lado, quero corrigir uma inexactidão: há pouco, o Sr. Deputado Ferreira do Amaral veio aqui dizer-me que o Salazar disse aquilo que eu disse que ele disse não aqui, nesta Sala, mas em Braga, numa cerimónia comemorativa do 28 de Maio. Lembro-me agora de que foi assim. E quero corrigir, porque, de facto, o Salazar não viajou tão pouco como, às vezes, dizemos. Ele foi até Braga algumas vezes!

*Risos.*

Srs. Líderes Parlamentares, não sou nem nunca fui — já o Sr. Presidente destacou isso — muito sensível a distinções e a homenagens. Fujo a elas o mais que posso. Mas a verdade é que às vossas distinções e homenagens, às vossas palavras, eu sou profundamente sensível. Comoveram-me quase até à lagrimita... O que também é fácil na minha idade vocês comoverem-me. Não era preciso grande esforço...

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Lá está a falar na idade!

O Orador: — E lá falo eu, mais uma vez, na idade, embora o Sr. Deputado Basílio Horta diga que não é bem assim. Mas eu vou mandar-lhe a certidão de idade, não tenho outra solução!...

*Risos.*

Queridos amigos, vou pôr um ponto final no meu discurso, porque prometi que ele seria breve, para invertermos a tal regra que tem havido entre nós até agora.

Mais uma vez, Sr. Presidente, o desejo de que a sua agenda seja totalmente respeitada e cumprida por todos nós, pelo Governo e pelos órgãos de comunicação social, porque precisamos da colaboração de todos para que essa agenda tenha o sucesso que todos desejamos.

Deixo também as minhas felicitações aos Srs. Deputados que já foram eleitos para as lideranças das respectivas bancadas, ou que têm a expectativa de vir a sê-lo dentro de horas ou de dias. Desejo-lhes o maior sucesso no exercício do cargo. Não é uma tarefa fácil, mas o talento torna fáceis as tarefas difíceis.

Mais uma vez, o meu agradecimento a todos!

Vou daqui muito comovido e espero, na medida do possível, continuar a merecer a vossa amizade e o vosso apreço.

Muito obrigado a todos!

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, antes de continuarmos os trabalhos, permitam-me que expresse os meus agradecimentos e manifeste o muito que me sensibilizou a intervenção que acaba de fazer o Sr. Deputado Almeida Santos, tal como as que foram feitas pelo Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e pelos Srs. Deputados Guilherme Silva, Ferro Rodrigues, Basílio Horta, Bernardino Soares, Francisco Louçã e Isabel Cas-

tro. Todos eles dirigiram-me palavras que eu não mereço, mas espero, com a colaboração de todos, no final deste mandato, poder dizer que cumpro com consciência e que deixarei estas funções tendo dado um contributo, por mais modesto que seja, ao prestígio do Parlamento, ao prestígio da democracia, ao interesse de Portugal.

Vamos passar, agora, ao ponto seguinte da ordem do dia, que é a eleição dos Srs. Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Assembleia da República, bem como dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República.

Antes de começar a chamada para a votação, tenho um grande favor a pedir aos Srs. Deputados Francisco Louçã e Teixeira Lopes. Solidarizo-me com a manifestação que aqui quiseram fazer relativamente à causa palestiniana, subscrevi, a título exclusivamente pessoal, como não podia deixar de ser, uma proclamação no sentido de que seja dado pelo nosso país um sinal de solidariedade para com essa situação, que a todos confrange, mas peço-lhes o favor de retirarem os lenços que têm sobre as vossas bancadas. Como decerto compreenderão a minha responsabilidade é a de manter o Parlamento num funcionamento normal, pelo que gostaria que só houvesse, fora da normal decoração do Hemiciclo, as flores, que costumam decorar a tribuna nas sessões solenes.

Peço-lhes esse favor: que acatem a minha autoridade, manifestando-lhes, uma vez mais, a minha solidariedade para com a causa, que, de resto, muito correctamente exprimiram.

Srs. Deputados, lembro que há dois boletins de voto: um, para a eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Assembleia da República; e outro, para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República.

Verifiquei que, na primeira votação, havia muita dificuldade em exercer o direito de voto. Para facilitarmos esse trabalho, peço que a urna seja trazida para o centro do Hemiciclo.

Convido para escrutinadores a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Ofélia Moleiro e o Sr. Deputado Aires de Carvalho.

Sr. Deputado Manuel Oliveira, faça favor de começar a chamada por ordem alfabética para que cada Sr. Deputado possa votar.

*Procedeu-se à votação.*

Srs. Deputados, as votações estão perto do fim. Os Srs. Deputados que, porventura, não votaram na altura em que foram chamados, por favor aproximem-se dos escrutinadores para exercerem o seu direito de voto.

Chamo a atenção para a importância destas votações e para a necessidade de obter maioria absoluta para os cargos da Mesa.

*Pausa.*

Julgo que falto apenas eu para exercer o meu direito de voto, o que vou fazer imediatamente. Logo a seguir, estão encerradas as votações.

Como referi anteriormente, os Srs. Escrutinadores, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ofélia Moleiro e Sr. Deputado Aires de Car-

valho, levarão a urna para a Sala de Visitas do Presidente da Assembleia, onde terá lugar o escrutínio, após o que os resultados serão comunicados à Mesa.

Como esta contagem é mais complexa, porque há vários lugares em causa, vamos interromper os trabalhos.

*Eram 18 horas e 15 minutos.*

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 20 horas e 5 minutos.*

Srs. Deputados, a acta da eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República é do seguinte teor: «Aos dez dias do mês de Abril de dois mil e dois, procedeu-se à eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República para a IX Legislatura, sendo apurados os seguintes resultados:

Votantes — 222 Deputados

Vice-Presidentes:

Maria Leonor C. P. Beleza M. Tavares:

votos «sim» — 140

votos brancos — 80

votos nulos — 2

Manuel Alegre de Melo Duarte:

votos «sim» — 158

votos brancos — 61

votos nulos — 3

Narana Sinai Coissoró:

votos «sim» — 128

votos brancos — 91

votos nulos — 3

Lino António Marques de Carvalho:

votos «sim» — 122

votos brancos — 98

votos nulos — 2

Secretários:

Duarte Rogério M. Ventura Pacheco:

votos «sim» — 151

votos brancos — 68

votos nulos — 3

Ascenso Luís Seixas Simões:

votos «sim» — 157

votos brancos — 63

votos nulos — 2

Isabel Maria de Gonçalves dos Santos:

votos «sim» — 125

votos brancos — 95

votos nulos — 2

António João Rodeia Machado:

votos «sim» — 132

votos brancos — 89

votos nulos — 1

Vice-Secretários:

Manuel Alves de Oliveira:

votos «sim» — 155

votos brancos — 65

votos nulos — 2

Fernando Santos Pereira:

votos «sim» — 145;

votos brancos — 75;

votos nulos — 2

Artur Miguel C. da Fonseca M. Coelho:

votos «sim» — 160;

votos brancos — 61;

votos nulos — 1

Rosa Maria da Silva B. da H. Albernaz:

votos «sim» — 165

votos brancos — 55

votos nulos — 2

Nos termos regimentais, foram eleitos:

Vice-Presidentes os Srs. Deputados: Leonor Beleza, Manuel Alegre, Narana Coissoró e Lino de Carvalho.

Secretários os Srs. Deputados: Duarte Pacheco, Ascenso Simões, Isabel Gonçalves e Rodeia Machado.

Vice-Secretários os Srs. Deputados: Manuel Oliveira, Fernando Pereira, Miguel Coelho e Rosa Albernaz.

Para se constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Maria Ofélia Moleiro — Aires de Carvalho.*

Srs. Deputados, a acta da eleição dos representantes dos grupos parlamentares para o Conselho de Administração da Assembleia da República é do seguinte teor: «Aos dez dias do mês de Abril de dois mil e dois, procedeu-se à eleição dos membros para o Conselho de Administração da Assembleia da República.

O resultado foi o seguinte:

Votantes — 222

Candidatos propostos (Lista A):

Efectivos:

João Moura de Sá (PSD)

Fernando Pereira Serrasqueiro (PS)

João Guilherme Nobre Fragoso Rebelo (CDS-PP)

António João Rodeia Machado (PCP)

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda (BE)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia (Os Verdes)

Suplentes:

Joaquim Vasconcelos da Ponte (PSD)

Nelson Madeira Baltazar (PS)

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo (CDS-PP)

António Filipe Gaião Rodrigues (PCP)

João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes (BE)

Isabel Maria de Almeida e Castro (Os Verdes)

Votos «sim» — 198

Votos brancos — 22

Votos nulos — 2

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para o Conselho de Administração da Assembleia da República os candidatos propostos.

Para se constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Maria Ofélia Moleiro — Aires de Carvalho.*

Srs. Deputados, proclamo-os a todos eleitos, porque obtiveram as maiorias exigidas pelo Regimento. Felicito-os muito vivamente, desejando os maiores sucessos no desempenho das vossas funções.

*Aplausos gerais.*

Convido os Srs. Deputados eleitos como Secretários da Mesa — os Srs. Deputados Duarte Pacheco, Ascenso Simões, Isabel Gonçalves e Rodeia Machado — a ocuparem os seus lugares.

*Pausa.*

Srs. Deputados, gostaria de fazer alguns anúncios muito importantes.

Convoco uma reunião com os Srs. Vice-Presidentes da Mesa, acabados de eleger, amanhã, às 13 horas, no meu gabinete, para tratarmos de diversas questões relacionadas com o funcionamento da Mesa e alguns aspectos organizativos da inserção dos respectivos gabinetes.

Convoco também a conferência de líderes para se reunir amanhã, às 15 horas, na Sala D. Maria, para tratar dos seguintes temas: primeiro, a preparação do debate sobre o Programa do XV Governo Constitucional, visto que é a nossa tarefa absolutamente prioritária investir o Governo que o Sr. Presidente da República empossou há dias; segundo, sessão solene de abertura da IX Legislatura da Assembleia da República; terceiro, comemorações do 25 de Abril. Acrescento já que possivelmente as sessões solenes de abertura da IX Legislatura e das comemorações do 25 de Abril serão em simultâneo.

A próxima reunião será marcada depois da conferência de líderes e dela todos terão conhecimento atempado.

Está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 10 minutos.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social Democrata (PSD):

Luís Manuel Machado Rodrigues

Partido Socialista (PS):

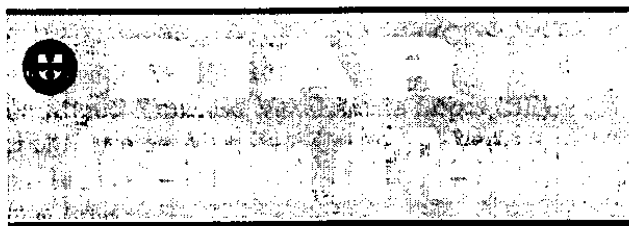
Carlos Manuel Luís

Fernando Ribeiro Moniz

José Eduardo Vera Cruz Jardim

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.





Depósito legal n.º 8818/85

**IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.**

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTe NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)**

**€ 1**